

IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: o Brasil e a desigualdade social

IMPACTS OF THE PANDEMIC ON EDUCATION: Brazil and social inequality

Silvana Aparecida de Souza¹

Fernando José Martins²

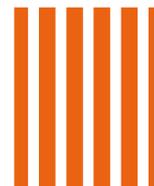
RESUMO: Trata-se da sistematização de resultados de levantamento dialógico realizado com trabalhadoras e trabalhadores da educação básica e do ensino superior do Estado do Paraná, sejam eles docentes, secretários de escola ou agentes de apoio, por meio de reuniões online ou conversas por WhatsApp, ainda na pandemia e no retorno presencial das aulas, em uma técnica de escuta qualificada, com o objetivo de detectar os problemas surgidos no período decorrente da Pandemia COVID-19. Os sujeitos foram escolhidos estrategicamente, a partir da observação de suas manifestações em reuniões que a pesquisadora participou, pelo fato de ser docente de um curso de pedagogia em instituição pública e por ter longa trajetória na formação continuada de docentes, e, por isso, ter participado de incontáveis reuniões, lives e palestras envolvendo o tema da Pandemia e Educação. Foram convidadas para uma conversa, aquelas pessoas que pareciam mais críticas e de diversificados vínculos (educação básica e ensino superior, municipal, estadual e federal). As perguntas aos participantes tinham como foco os sofrimentos e prejuízos decorrentes da pandemia. A conclusão a que se chegou é que a desigualdade social faz com que as pessoas e famílias menos favorecidas economicamente sejam duplamente penalizadas e que os encaminhamentos e decisões dos gestores educacionais, em geral, são fortemente influenciadas por fatores econômicos e não necessariamente pedagógicos. Constata-se também a total ausência de um Plano Nacional de Recuperação Educacional para atenuar os prejuízos decorrentes da Pandemia e reforça-se a importância do ensino presencial para que se obtenha qualidade de aprendizagem.

Palavras-chaves: Pandemia. Educação. Desigualdade Social.

ABSTRACT: It is about the systematization of the results of a dialogic survey carried out with workers in basic education and higher education in the State of Paraná, whether they are teachers, school secretaries or support agents, through online meetings or WhatsApp conversations, even in the pandemic and in the face-to-face return to classes, in a qualified listening technique, with the aim of detecting the problems that arise in the period resulting from the COVID-19 Pandemic. The subjects were strategically chosen, based on the observation of their manifestations in meetings in which the researcher participated, due to the fact that she is a professor of a pedagogy course in a public institution and for having a long trajectory in the continuous training of professors, and, therefore, having participated in countless meetings, lives and lectures involving the theme of the Pandemic and Education. Those people who seemed more critical and from different ties (basic education and higher education, municipal, state and federal) were invited to a conversation. The questions to the participants focused on the suffering and losses resulting from the pandemic. The

¹ Pedagoga, possui Mestrado e Doutorado em Educação e Pós-doutorado em Política Social. É Docente Sênior Permanente do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

² Pedagogo, possui Mestrado e Doutorado em Educação. É Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).



conclusion reached is that social inequality causes economically disadvantaged people and families to be doubly penalized and that the referrals and decisions of educational managers, in general, are strongly influenced by economic and not necessarily pedagogical factors. There is also a total absence of a National Educational Recovery Plan to mitigate the damage resulting from the Pandemic and the importance of face-to-face teaching is reinforced in order to obtain quality learning.

Key-words: Pandemic. Education. Social inequality.

1. INTRODUÇÃO

O Coronavirus (Covid-19) é uma doença infecciosa que pode ser mortal, causada pela contaminação de uma pessoa pelo vírus SARS-CoV-2. Tal doença atingiu o mundo no final de 2019, inicialmente na China, mas, à medida que foi sendo espalhada para diferentes continentes e que já não se podia mais identificar a origem da contaminação, a Organização Mundial de Saúde (OMS), agência especializada em saúde e subordinada à Organização das Nações Unidas (ONU), anunciou em 11 de março de 2020, a declaração de que se tratava de uma Pandemia- uma enfermidade epidêmica amplamente disseminada. Até o mês de outubro de 2022, no Brasil, haviam morrido quase 700 mil pessoas em decorrência do Covid-19. No entanto, desde o início da pandemia, tem havido aumento de mortes de pessoas por outras doenças, pois pessoas com diferentes enfermidades não conseguiram atendimento em decorrência da superlotação hospitalar, ocorrida nos picos de atendimento aos pacientes em estado grave por COVID, havidos antes da imunização por vacina da maioria da população. A superlotação hospitalar levou também à suspensão de cirurgias eletivas, o que pode levar ao agravamento do quadro de saúde de tais pacientes, ocasionalmente levando à morte.

A medida da OMS em março de 2020 tem o poder de obrigar os países a tomarem medidas preventivas tais como fechamento do comércio, suspensão de atendimento em órgãos públicos, suspensão de aulas, dentre outras. No Brasil o isolamento social decorrente da Pandemia Coronavirus (Covid-19) teve início naquele mesmo mês, abrangendo, dentre outras coisas, a suspensão das aulas presenciais na educação escolar básica e superior, pública e privada.

No início, achava-se que o isolamento social e a respectiva suspensão das aulas durariam algo em torno de quinze dias. No entanto, depois de passadas algumas semanas da suspensão, quando a sociedade foi percebendo que a pandemia demoraria muito mais tempo para ser controlada do que as expectativas iniciais, as aulas foram retomadas, mas não na modalidade presencial. Assim, tiveram início as chamadas Aulas Remotas Síncronas, que é um tanto diferente da já até então conhecida Educação à Distância (EaD).

Aulas remotas síncronas são aulas *online*³, por meio de uma plataforma de vídeo conferência, em que professoras ou professores ministram aulas e os estudantes participam e interagem em tempo real, ao vivo, desde que seus equipamentos e sinal de internet tenham padrão de qualidade para tal. No decorrer do isolamento social, em consequência da Pandemia Covid-19, diversas foram

³ *On-line* ou *online* é uma expressão oriunda da língua inglesa que significa “conectado à *internet*”. *Internet*, por sua vez, é a rede internacional de computadores. No caso, *inter* é a abreviação de internacional e *net*, também da língua inglesa, significa rede.

as modalidades de atividades remotas síncronas que se desenvolveram, além das aulas em si, tais como reuniões de trabalho, *Lives*⁴, eventos científicos, culturais e até esportivos.

Já a EaD é uma modalidade de ensino assíncrona, que já era prevista na legislação educacional brasileira, na qual estudantes e docentes estão separados física e temporalmente, consistindo em aulas gravadas que são disponibilizadas aos estudantes mediante um contrato ou termo de compromisso que estipula as normas da atividade. Portanto, as aulas são assistidas pelos estudantes em momento diferente daquele no qual a aula é gravada. As gravações podem ser editadas pela instituição que oferece a escolarização nessa modalidade, e podem ser utilizadas *ad infinitum*, para diversas turmas, de diferentes anos, em um regime de escala, que, para o setor privado, garante alta lucratividade. Distingue-se da aula remota síncrona, sobretudo, por não propiciar qualquer atividade de interação em tempo real entre estudantes e docentes. No máximo, há um monitor⁵ que orienta por *chat*⁶ a realização das atividades pelo estudante.

Observe-se a quantidade de termos oriundos da língua inglesa, que foram popularizados mundo afora, tornando-se senso comum quando se trata de tecnologia, tais como: *lives, chat, online, internet*, dentre outros.

Retomando, para se ter uma ideia da dimensão da EaD no Brasil, segundo o Censo da Educação Superior-2019, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)⁷, em tal ano, já antes da Pandemia Covid, 53,3% dos graduandos brasileiros matriculados em licenciaturas (que são os cursos que habilitam para a docência na Educação Básica-Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), o estavam em cursos EaD (INEP, 2020, p. 74). Estima-se que depois da pandemia, esses números podem e vão aumentar ainda mais, tanto porque o distanciamento social criou uma aceitação e “naturalização” maior das pessoas na realização de atividades à distância, quanto porque a EaD é a modalidade de ensino mais barata se comparada com a presencial, quando se trata de ensino privado, e a pandemia agravou a crise econômica no extrato da população pertencente à classe trabalhadora, que já era de longe, o grupo social majoritário entre os graduandos vinculados ao ensino superior privado no país.

Apresentados os esclarecimentos conceituais de diferenciação entre aulas remotas síncronas e EaD, e, considerando que as atribuições e competências educacionais brasileiras são divididas pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei federal n.º 9394/96) em três esferas (municipal, estadual e federal), é preciso também lembrar que o país possui diversas redes e sistemas de ensino, tanto públicos quanto privados. Portanto, as datas de início das aulas remotas síncronas, assim como a posterior retomada das aulas presenciais, variaram de sistema para sistema de ensino no Brasil, de acordo com o perfil dos governos, a pressão de diferentes sujeitos para o retorno presencial ou não, e também a variação do número de casos de infectados, internados e mortos em cada município, estado e região e em cada época.

2. PROBLEMAS DECORRENTES DAS AULAS REMOTAS SÍNCRONAS E A DESIGUALDADE SOCIAL

⁴ *Live* é uma palavra língua inglesa que, no contexto digital, em português significa “ao vivo”.

⁵ Monitor é o nome da função de uma pessoa contratada pela instituição que oferece a formação, para instruir um determinado número de estudantes na realização das atividades pré-determinadas. O monitor não necessariamente possui curso superior. Ele recebe treinamento bastante específico para realização de seu trabalho.

⁶ Palavra da língua inglesa que significa “bate papo”, e que ficou comumente conhecida para se referir a uma conversa por meio de aplicativo na internet.

⁷ Trata-se do órgão encarregado do controle de dados sobre o sistema educacional brasileiro e vinculado ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil.

Os sistemas escolares e universidades não estavam preparados para as novas exigências que o isolamento social e depois as aulas remotas síncronas impuseram a praticamente todos. Tais dificuldades foram desde a inexistência de equipamentos e softwares em quantidade suficiente, até de rede para conexão à *internet* com a qualidade necessária para sustentar centenas, senão milhares de pessoas conectadas ao mesmo tempo, mas também da necessidade de treinamento e/ou formação de profissionais e implantação de novas rotinas de realização das atividades e de validação legal de documentos.

Assim, foi necessário melhorar os laboratórios de computadores, provedores, contratos de energia elétrica, *internet* sem fio, mas, também, contratar plataformas para realização de videoconferências, reuniões e *lives online*, pois as plataformas gratuitas possuíam e ainda possuem limite de números de participantes concomitantes, além de limite de tempo para uso gratuito. Nessas circunstâncias, na lógica capitalista, abriu-se naquele processo, um amplo crescimento de mercado e lucro para as grandes empresas mundiais do setor de tecnologia.

Do ponto de vista das instituições educacionais, os problemas giraram em torno da gratuidade/pagamento das plataformas de videoconferência, segurança, validade legal, assinaturas eletrônicas de documentos, profissionais que precisavam ser treinados, suporte, prevenção e medidas contra a invasão de pessoas não convidadas em *lives*, etc.

Do ponto de vista dos estudantes, suas moradias não estavam, em geral, organizadas para que, de um momento para o outro, todas ou quase todas as pessoas da família ficassem o tempo todo em casa. Faltavam e ainda faltam equipamento (computador) de qualidade suficiente para acompanhar as aulas *online*, mas, muitas vezes também em quantidade suficiente, pois mesmo as casas de classe média, quando possuíam computadores, em geral, era apenas um. Imaginem uma casa de professores, em que o casal e os filhos, todos, tinham aulas ao mesmo tempo. Não raro, nesses casos, passou-se a ter uma escala de tempo de uso do computador pelas diferentes pessoas da família (adultos, crianças e adolescentes) que precisavam usar o computador para trabalhar ou para estudar.

Mas, nas famílias mais pobres, nem mesmo um computador existe em casa, e muito menos um plano de *internet* de qualidade contratado. Nesse momento, começam a serem desnudados os efeitos da desigualdade social na possibilidade de acompanhamento e participação nas aulas escolares no contexto do isolamento social decorrente da Pandemia Covid-19.

Os encaminhamentos para solucionar ou mitigar esses problemas foram os mais diversos.

2.1 Na Educação Básica

No caso da Educação Básica, as equipes de profissionais das escolas providenciaram material impresso, o qual deveria ser buscado pelos estudantes ou seus responsáveis na escola e entregue de volta preenchido, no período determinado. Mas, é de se perguntar: os estudantes realizavam essas tarefas escolares com e em quais condições? Com qual suporte teórico? Com qual suporte metodológico?

Ocorre que, conforme o retorno presencial não ocorria, o ano de 2020 chegava ao fim, e, com ele, em tese, também o ano letivo, o que implicaria em aprovações (promoção para o ano escolar seguinte) ou reprovação (retenção no mesmo ano escolar) dos alunos, que praticamente só tiveram aulas remotas, ou pior, ficaram limitados a materiais pedagógicos impressos recebidos e enviados de volta às escolas. Nesse contexto, o que ocorreu na prática é que a maioria das escolas

vinculou a promoção para o ano escolar seguinte, à devolução regular do material didático enviado, contanto que devidamente preenchido.

À essa altura, não raro se ouvia relatos de que os estudantes que possuíam equipamento e acompanhavam as aulas *online*, já estavam fatigados e as famílias já não sabiam mais o que fazer. Em muitos casos, o computador ficava conectado, a câmera e o microfone fechados, e as famílias tentando “segurar” o estudante em frente ao computador, tarefa para a qual nem sempre se obtinha sucesso. Também é sabido que o nível de *stress* emocional aumentou na maioria das famílias nesse período.

Já nas famílias que não possuíam equipamento para acompanhar as aulas remotas síncronas, o trabalho escolar se limitava à leitura e preenchimento do material impresso disponibilizado pelas escolas. Os relatos preliminares⁸ ouvidos pelos docentes e pesquisadores atentos ao problema, são de que o material era repetitivo, ou então, que, quando o conteúdo era novo, estava eliminado o problema da repetição. No entanto, criava-se um novo problema: como compreender os conteúdos novos sem a explicação do professor?

É nesse momento que, premidos pela notícia de que se o material não fosse devolvido devidamente preenchido o estudante “reprovaria de ano”, é que se tem notícia de que muitas famílias e estudantes recorreram a diferentes outras pessoas para “preencher” o material impresso. E, de fato, as escolas não tinham e não tem nenhuma condição de aferir se quem preencheu o material foi realmente o estudante e não, outra pessoa.

Promovidos então, quase que automaticamente todos os estudantes do ano letivo de 2020 (o que em si, não seria um problema, pois, pedagogicamente não cabe nenhuma defesa da positividade na reprovação), o que necessitaria ocorrer é a retomada dos conteúdos dos anos letivos anteriores, quando do retorno presencial das aulas.

Ocorre que em 2021, ano em que ocorreu o retorno presencial, era também ano de realização da Prova do IDEB-Índice de Desenvolvimento da Educação Básica⁹, que não foi adiada, o que, por si, já é um absurdo, já que demonstra que o Ministério da Educação (MEC) considera que a aprendizagem em período de pandemia ocorreu do mesmo modo como quando nos períodos

⁸ Os relatos são preliminares, pois ainda não houve tempo hábil para realização de pesquisas com a finalidade de delinear os impactos da pandemia na educação brasileira e mesmo mundial. Mas, é de se presumir que muitas serão as pesquisas nesse sentido, a serem realizadas no ano de 2022 e nos anos posteriores. No caso específico desta pesquisadora, os relatos preliminares foram obtidos em conversas informais com diversos profissionais da educação, estudantes e suas famílias, sobre os problemas decorrente da escolarização no período de Pandemia, com vistas à elaboração de projeto de pesquisa a ser desenvolvido nos anos de 2022 e 2023 em Foz do Iguaçu-Paraná.

⁹ Apesar de trazer em seu nome a ideia de que seu objetivo é o desenvolvimento da Educação Básica, ou que seja um indicador criado para aferir sua qualidade, como afirma o Ministério da Educação, não é recente a existência de inúmeras pesquisas e matérias publicadas na imprensa questionando tais fatores (cf. CARTA CAPITAL, 2017; FERNANDES, SCACHETTI, 2012; BENITEZ, 2016; BARBOSA, 2019; SOUZA e BENITEZ, 2015; dentre outros), isso pois o Ideb leva em consideração apenas o índice de evasão e o de repetência e a nota dos alunos na Prova Brasil, que consiste em uma prova de português e matemática apenas, no ano final dos dois ciclos do Ensino Fundamental (5.º e 9.º ano). Assim, os questionamentos dizem respeito ao fato de que muitos outros elementos e áreas do saber deviam ser considerados para se aferir a qualidade do ensino. Além disso, há indicativos fortes de que, como há recursos financeiros em disputa, a depender da nota que a escola, rede ou sistema tiram no Ideb, estes são, portanto, estimulados a “treinar” os alunos para determinado tipo de prova que o Ideb estabelece, além de manobras como dispensa dos alunos mais fracos no dia da prova, retenção dos alunos mais fracos na série anterior àquela na qual será aplicada a prova. Não raro, muitas redes e sistemas bonificam financeiramente os trabalhadores da educação quando obtém índices altos no Ideb. Longe de ser contra a ampliação dos rendimentos dos trabalhadores, o que se quer enfatizar aqui é que não existe avaliação confiável, quando há recursos financeiros ofertados em vinculação ao rendimento obtido em tais avaliações...

de aulas presenciais regulares. Em decorrência dessa postura do MEC, houve uma pressão dos gestores educacionais municipais e estaduais para o retorno presencial das aulas ainda naquele ano, a tempo de os estudantes serem minimamente “preparados” para a prova.

O retorno presencial em si, foi considerado por muitos especialistas como um problema, já que as crianças ainda não estavam vacinadas, mas, pedagogicamente falando, o retorno com vistas à prova do Ideb, parece absurdo, já que não houve tempo suficiente para “recuperar” o conteúdo que possa não ter sido adequadamente aprendido pelos estudantes, em suas diferentes condições de retorno, pois alguns tiveram aulas remotas síncronas aliadas a aulas com professores particulares em casa, enquanto outros tiveram acesso ao conhecimento escolar apenas pelo material impresso disponibilizado para retirada pelas famílias e/ou estudantes na escola.

Portanto, já que o retorno, quase que invariavelmente, se deu no ponto em que o conteúdo escolar estaria se as aulas tivessem sido ministradas em condições normais, pode-se presumir que para aqueles que não conseguiram aprender o conteúdo curricular em função das circunstâncias que a desigualdade social impõem ou por fatores de ordem emocional, “foi passado por cima” desse conteúdo escolar não apreendido, sem que haja até o momento, um Plano Nacional de Recuperação Escolar em decorrência da Pandemia Covid-19.

Mas, há ainda farta quantidade de relatos de docentes da Educação Básica, que dizem que o ponto de retomada dos conteúdos curriculares nem poderia ser aquele no qual cessaram as aulas presenciais, mas sim, até um pouco antes, já que, segundo elas, os estudantes esqueceram uma boa quantidade de conteúdo, tanto pelo grande período de tempo decorrido, quanto porque quando do início do isolamento social, que ocorreu no mês de março, as aulas recém tinham sido retomadas depois de um período de férias escolares, no qual o esquecimento de parte dos conteúdos e a revisão destes é prática comum, só em função de uma limitada férias escolares... Imagine então, depois de quase dois anos de suspensão das aulas presenciais, em função da Pandemia...

Um Plano Nacional de Recuperação Escolar poderia implantar medidas como por exemplo: relaxamento do ciclo de promoção ou retenção escolar, que é anual em períodos regulares, para um ciclo de 3 anos, por exemplo, propiciando mais tempo para oportunizar a aprendizagem pelos estudantes nesse período de excepcionalidade. Isso, sobretudo no ciclo da alfabetização; Aumento do tempo de permanência dos estudantes nas escolas, tempo este no qual seriam dadas oportunidades variadas de reforço escolar nos conteúdos específicos não apreendidos por cada estudante ou grupo de estudantes. Para isso seria necessária contratação de novos profissionais da educação ou de tempo extra de trabalhos dos profissionais já contratados, além de estrutura física e material para as aulas.

Como nada disso foi sinalizado, pode-se inferir com grande margem de acerto, que o retorno presencial das aulas sem extensão do ciclo escolar, ou aumento de tempo de permanência na escola ou a combinação dessas e diversas outras medidas que com certeza exigiriam novos e grandes investimentos financeiros, não há espaço para recuperar os conteúdos dos anos letivos anteriores e ministrar os conteúdos do ano letivo em curso ao mesmo tempo, a menos que acreditássemos em mágica ou milagres...

À essa altura, alguma leitora ou leitor poderia estar se perguntando: mas, afinal, quais razões pedagógicas justificariam esse atropelo todo do currículo escolar em pleno tempo de pandemia? A resposta infelizmente é: NENHUMA. As razões, como se está tentando demonstrar, parecem ser todas de ordem econômica. Então vejamos:

Com a demora do retorno presencial, muitos pais ou responsáveis de estudantes da educação básica matriculadas na rede privada de ensino pensaram em transferir, ou de fato transferiram seus filhos para uma escola pública, ou pressionaram a direção das escolas particulares

para a redução das mensalidades. Assim, a maior pressão para o retorno presencial parece ter vindo inicialmente dos empresários educacionais, que viram na demora do retorno presencial um risco para parte de seu lucro. O setor educacional privado continuou cobrando suas mensalidades das famílias e/ou dos próprios estudantes, quando adultos, e com isso foram “tocando” o ano letivo e “viraram” de um ano letivo para o outro como se não houvesse déficit de conteúdos curriculares a serem ensinados e aprendidos, problemas de aprendizagem, sobretudo nas turmas de alfabetização, etc.

No caso das crianças pequenas, com idade fora da educação obrigatória, os riscos aos lucros pareciam ser ainda mais iminentes, já que bastava às famílias interromper o contrato e deixar suas crianças em casa, como de fato, já estavam. Sendo que esses pais não incorriam em nenhuma ilegalidade, justamente pelo fato de a escolarização obrigatória no Brasil iniciar aos quatro anos de idade. E, considerando que muitas famílias tiveram redução de renda, a interrupção de tais contratos de serviços educacionais privados para criança ainda fora da idade escolar obrigatória pareceu uma medida possível, diante da necessária redução de gastos.

No capitalismo, o setor privado se coloca para o setor público como sendo o mais competente, eficiente e eficaz. Assim, ainda que nas escolas da rede pública não haja “mensalidade correndo” para as famílias, a sensação de que os estudantes das escolas privadas estavam “passando de ano” normalmente, tem a condição de se impor como modelo e condições a serem seguidos para a sociedade em geral. Além disso, com a migração de estudantes de escolas privadas para escolas públicas aumentando, a existência de dois tempos diferentes, um para cada rede (pública e privada) passa a ser um fator que “traz à tona” novos problemas, como de calendário escolar, de cumprimento de conteúdos curriculares, dentre outros fatores.

É preciso reforçar que, mais uma vez, é provável que serão as pessoas mais pobres que sofrerão mais fortemente os efeitos desse retorno presencial, ao arrepio dos princípios pedagógicos e na obediência estrita dos princípios econômicos.

2.2 No Ensino Superior

No que diz respeito especificamente aos universitários vinculados a instituições públicas, em muitos casos houve um debate institucional sobre o perfil socioeconômico desses estudantes, um levantamento sobre o percentual dos estudantes que possuíam *internet* e equipamento para acompanhar as aulas e em alguns casos se conseguiu até uma ajuda de custo para a contratação de *internet*. Mas, na maioria dos casos, tiveram de “se virar” para conseguir criar as condições para acompanhar as aulas remotas síncronas.

Todos sofreram e ainda sofrem em decorrência do isolamento social. Mas, uns sofrem mais que outros. Tal diferença de grau de sofrimento pode estar relacionada a diversos fatores: emocionais, sociais, econômicos, como perda de entes queridos, perda de emprego, remuneração e renda por alguns ou todas as pessoas em idade economicamente ativa na família, dificuldade de entendimento com familiares na nova situação em que todos ou a maioria teve de compartilhar o mesmo espaço por longos períodos; saudades dos amigos e da socialização, dentre outros. Mas, esses foram problemas enfrentados por brasileiros, suíços, suecos, noruegueses, finlandeses, japoneses, alemães, enfim, habitantes de qualquer país de todo o planeta.

Mas, os mais pobres sofreram e ainda sofrem muito mais, pois, além dos problemas acima, que atingem a quase todos, os pobres enfrentam problemas adicionais, como dito anteriormente, como: falta de equipamento e de *internet* para acompanhar as aulas, que passaram a ser *online*; falta de espaço adequado na casa para acompanhar essas aulas; falta de pessoas em casa que tenham

conhecimento para orientar a realização das atividades ou falta de dinheiro para contratar professor particular (que ocorreu em muitas famílias de classe média), dentre outros fatores.

Mas, mesmo no caso em que os estudantes conseguiam assistir as aulas pelo celular ou computador, havia o sofrimento por ter vergonha de abrir a câmera e expor sua pobreza material, ao mesmo tempo em que se ouve relatos de que alguns professores cobravam ou exigiam que os estudantes abrissem as câmeras de sua imagem, sem considerar esse fator, apenas pensando que se não o fizessem, os estudantes poderiam fingir que estavam acompanhando a aula, se ocupando com outras coisas, sem que a professora ou professor pudesse perceber.

2.3 Para as trabalhadoras e trabalhadores da educação

No que diz respeito às professoras e professores, o sofrimento também aumentou sobremaneira na pandemia: houve uma sobrecarga de trabalho, já que com as aulas online, as conversas com estudantes e seus responsáveis começaram a ocorrer dia e noite por aplicativos como o *whatsapp*; muitos não tinham bom grau de habilidade com as ferramentas necessárias para as aulas remotas síncronas e os treinamentos, quando houveram, foram escassos ou precários.

As despesas aumentaram para as professoras e professores pois, na maioria dos casos, estes foram obrigados a comprar equipamentos e planos de internet para computador e celular com recursos próprios para o trabalho em casa; os que têm filhos em idade escolar tinham de administrar as aulas dos filhos concomitantes às suas aulas; muitos tiveram de usar o celular pessoal para o trabalho, deixando de existir a delimitação e distinção entre tempo de trabalho e tempo de descanso; os pais, responsáveis ou estudantes passaram a procurar os docentes muito mais do que antes, sobretudo fora do horário de aula, para tirar dúvidas e pedir ajuda na realização das atividades. Porém, muitas vezes esse contato era agressivo, pois a tensão emocional, como dito antes, aumentou para todas e todos na pandemia.

2.4 Os prejuízos pedagógicos

Estes também são incontáveis: imaginem as crianças em idade de alfabetização! Como alfabetizar por meio de tarefas escritas enviadas? Ou mesmo por meio remoto síncrono? Nunca a importância da escola presencial ficou tão evidente para a sociedade em geral..

Acredito que levará anos, senão década, para atenuar os efeitos pedagógicos desses quase dois anos de isolamento social e aulas remotas síncronas. Mas, em muitos casos, os efeitos se arrastarão para toda a vida, por não terem sido enfrentados adequadamente, sobretudo por uma pressão que não encontra de nenhuma forma, seus motivos em fatores pedagógicos.

No futuro, vamos receber esses estudantes na universidade e detectar: esses jovens ingressaram na escola no ano do Covid-19, e, de fato, começaram a ter aulas já quase no terceiro ano escolar. Pularam ou atropelaram a alfabetização.

No caso das crianças pequenas, na faixa de zero a dois anos, crianças estas que nasceram na pandemia, já há estudos que demonstram que está havendo ou pode haver atraso na linguagem:

A principal causa apontada pelos especialistas é a pandemia, que obrigou o distanciamento social, a suspensão das aulas e, conseqüentemente, a diminuição das atividades e recreações infantis, afetando o desenvolvimento da linguagem e da fala. [...] Durante o período de isolamento, elas foram cerceadas de diversos estímulos que ocorriam no dia a dia, desde um passeio, uma ida ao mercado e de

brincadeiras em parquinhos, além da falta de convívio com outras da mesma idade, nas escolas e creches. (SILVA, 2022).

Se se tem como horizonte uma sociedade a mais igualitária possível em termos de oportunidades de desenvolvimento humano, é preciso considerar o papel do Estado como tendo o dever de criar condições de aprendizagem que respeite e considere as diferenças individuais e sociais, já que o indivíduo não pode ser penalizado por sua própria pobreza e/ou por dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, políticas públicas sociais tais como a oferta educacional devem ser vistas como são obrigatórias, mas não em uma perspectiva mínima e sim tendo como meta a busca da qualidade social. Por isso, para atenuar os efeitos desiguais da pandemia Covid-19 no desempenho educacional, sobretudo na Educação Básica, que é a escolarização obrigatória, mais do que nunca, as equipes multiprofissionais aprovadas pela Lei Federal n.º 13935/2019, são necessárias nas escolas, para que profissionais de psicologia e de serviço social possam atuar em conjunto com professoras, pedagogas e diretoras de escolas, na compreensão dos problemas, na busca de soluções e no trabalho preventivo (Cf. CRAVEIRO, 2019).

Para terminar o desenvolvimento da análise sobre os impactos da pandemia Covid-19 na Educação Básica e sua relação com a desigualdade social, parece muito adequado lembrar uma passagem do texto do filósofo genebrino Jean Jacques Rousseau, quando tratava da origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, diz:

A educação não apenas cria a diferença entre os espíritos cultivados e os que não o são, como aumenta a existente entre os primeiros em proporção da cultura; porque, quando um gigante e um anão caminham na mesma estrada, a cada passo que ambos fizerem, haverá nova vantagem para o gigante. (ROUSSEAU, 1995, p. 172-3)

Essa reflexão de Rousseau objetivava justamente demonstrar por meio de um exemplo, os efeitos da educação para o aumento ou redução da desigualdade social. Pode-se dizer que, na educação brasileira, ao longo dos catorze anos de escolarização obrigatória, a cada ano que uma criança tem acesso a múltiplas oportunidades de acesso ao conhecimento como viagens, cinema, acesso a livros e equipamentos, aulas particulares de dança, línguas estrangeiras, esportes, e outra criança não tem esse mesmo acesso, a diferença já era imensa como a caminhada do “anão e o gigante” de Rousseau. Porém, a Pandemia Covid-19 ampliou ainda mais essa desigualdade de acesso ao conhecimento entre dois jovens depois dos tais catorze anos de escolarização básica, colocando assim, a nu, mais do que nunca, a desigualdade social brasileira, que é maior do que a havida em países considerados desenvolvidos. Diante de tudo isso, o poder público não pode ou não poderia se omitir, definindo e implantando políticas educacionais e sociais reparativas, compensatórias, com vistas à equidade social. Mas, não é o que se tem visto, pois o atual governo federal, dirigido por Jair Messias Bolsonaro, até agora tem colocado no MEC pessoas que defendem a liberdade de mercado, o que se contrapõe diametralmente com a ideia desenvolvida aqui de medidas a favor de uma sociedade igualitária. Para eles, a desigualdade social é um problema de mérito, de cunho individual, que deve ser superado pelo esforço, desconsiderando que até mesmo um autor liberal como Rousseau, não desconsiderava isso, e isso no século XVIII. Que

dirá, agora, em que o alto grau de desenvolvimento das forças produtivas daquele momento até hoje, só fez potencializar a variedade de oportunidades que se pode ter acesso somente quando se tem dinheiro para comprá-las.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Pandemia Covid-19, não há mais como esconder a importância da escola de Educação Básica presencial, o que implica que estamos diante de um importante momento no qual se deva combater propostas como a de educação domiciliar, de EaD, e de outras propostas de escamoteamento da Educação Básica de qualidade no Brasil.

Fica também cada vez mais evidente, infelizmente, que em tempo e local cujo modo de produção é o capitalismo, quanto mais este se desenvolve, mais as decisões educacionais não são pedagógicas, e sim, econômicas:

Quando as decisões educacionais são de natureza econômica em um país governado pela lógica da acumulação capitalista, prevalece o interesse privado, empresarial, lucrativo, na coisa pública, e há de fato uma incompatibilidade entre a oferta de uma educação de qualidade para todos e os interesses do mercado (SOUZA, 2015, p. 65)

Porém, a ausência de um Plano Nacional de Recuperação Educacional Básica, decorrente da Pandemia-Covid-19, e o completo silêncio das autoridades educacionais a esse respeito, parece o ponto mais espantoso e preocupante, já que, sem isso, estamos “empurrando a sujeira para debaixo do tapete”, de maneira quase que permanente, pois os efeitos de uma escolarização precária perduram por toda a vida da pessoa ou das pessoas afetadas.

Assim, considerando que em termos educacionais nunca é tarde, espera-se que em uma conjuntura mais favorável, esse assunto seja retomado com prioridade, criando assim oportunidades de aprendizagem para crianças, adolescentes e mesmo adultos, que não podem pagar individualmente pelo preço de uma pandemia, e serem ainda duplamente penalizados pela própria pobreza conjugada com os efeitos diretos e indiretos da Pandemia Covid-19.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, Carina Simonetti Colombelli. **Qualidade na educação pública**: um estudo de caso de uma escola municipal de ensino fundamental I de Foz do Iguaçu. 77 p. Dissertação de mestrado. Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. Foz do Iguaçu. 2019. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/4648>> Acesso em: 12 mar 2022.

BENITEZ, Silvio. **Distorções e danos causados pela meritocracia na educação**: a rede municipal de ensino em Foz do Iguaçu e o IDEB. 108 p. Dissertação de mestrado. Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. Foz do Iguaçu. 2016. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/2582>> Acesso em 12 mar 2022.

BRASIL. **Lei n.º 9394/96, de 22 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 12 mar 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm> Acesso em: 12 mar 2022.

CARTA CAPITAL. Revista. **Vanguardas do conhecimento**: a verdade sobre o Ideb de Sobral. Edição de 6 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/a-verdade-sobre-o-ideb-de-sobral/>> Acesso em: 12 mar 2022.

CRAVEIRO, Adriéli Volpato. **Equipe multiprofissional e educação omnilateral**: a experiência nas escolas municipais de Foz do Iguaçu, de 2006 a 2016. 267 p. Tese de doutorado. Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF)-Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste. Foz do Iguaçu. 2019. Disponível em: <<https://tede.unioeste.br/handle/tede/4769>> Acesso em: 12 mar 2022.

FERNANDES, Elisângela; SCACHETTI, Ana Ligia. **Ideb, mais que uma fábrica de rankings**: divulgação de resultados abre espaço para o debate sobre as interpretações e o uso do índice para a melhoria da qualidade da educação. NOVA ESCOLA. Edição de 01 de outubro de 2012. Disponível em: < https://novaescola.org.br/conteudo/2872/ideb-mais-que-uma-fabrica-de-rankings?gclid=CjwKCAiAprGRBhBgEiwANJEY7Kq84alLAm0vuVmyil0fiVWpEvh1nQOCu0DLtkN47WhNVcmRfjE9RoCc4EQAvD_BwE> Acesso em: 12 mar 2022.

INEP. **Censo da Educação Superior 2019**-divulgação dos resultados. Brasília-DB, outubro de 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf> Acesso em: 28 fev 2022.



ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA, Janaína. Viva Bem UOL. Equilíbrio. **Atraso na linguagem**: devido à pandemia, crianças estão demorando a falar. 14 jan. 2022. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/01/14/atraso-na-linguagem-devido-a-pandemia-as-criancas-estao-demorando-a-falar.htm>> Acesso em: 14 jan 2022.

SOUZA, Silvana Aparecida de; BENITEZ, Silvio. **Efeitos colaterais da meritocracia na educação**: a rede municipal de educação de Foz do Iguaçu e o IDEB. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação –RBPAAE. v. 31 p. 355-369. 2015.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Democracia e qualidade**: as consequências da ditadura militar ao sistema educacional, na frágil transição democrática brasileira. Revista SER Social-Revista do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), p. 49 a 67. v. 17, n. 36, jan-jun/2015. Disponível em:<https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/13415/11743> Acesso em 12 mar 2022.

UNA-SUS. **Organização mundial de saúde declara pandemia do novo Coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>> Acesso em: 28 fev. 2022.

